

cultura: imagens e representações

# ESTUDOS DO SÉCULO

# XX

número 8 . 2008

Ricardo Martín de la Guardia, por seu lado, defende que os contactos entre funcionários e políticos da União europeia e dos Estados Unidos permitiram encontrar um novo e mútuo interesse em ampliar a colaboração entre as duas margens do Atlântico. Considera ainda que a coordenação entre as administrações da União Europeia e a Norte-americana foi um marco importante para fazer da agenda transatlântica uma nova realidade.

Estêvão de Rezende Martins, no seu artigo intitulado “Revolução atlântica: fronteira ou traço de União?”, traça a evolução das relações transatlânticas desde o século XV à actualidade, relevando o facto de, ao longo dos tempos, o Atlântico ter funcionado como factor de transformação social e institucional a tal ponto profundo que, segundo o autor, se pode falar em “Revolução Atlântica”.

Num artigo especializado sobre “Fronteira e função: O caso europeu”, Rui Cunha Martins analisa o conceito de fronteira em quatro níveis problemáticos – o da definição de fronteiras, o da mobilidade de fronteiras, o da articulação de fronteiras e o da regionalização das fronteiras e conclui que, no caso específico europeu, a fronteira deve ser “estimada não apenas na sua aceção histórica, mas, sobretudo, na sua valência de mecanismo ordenador da construção europeia: um mecanismo dotado de determinadas funções e, nessa medida, produtor das várias escalas europeias”.

Cristina Robalo Cordeiro através de uma análise cuidada da literatura francesa, que, neste artigo, considera porta-voz da Europa atlântica, recorre a noções como “classicismo”, “romantismo” e “realismo” na abordagem desta problemática, fazendo-o de uma forma *diferencial*.

Eis uma obra importante, inovadora e que nos ajuda a compreender o relacionamento da Europa com o Atlântico, o

mesmo é dizer com o próprio espaço europeu que, como afirma Maria Manuela Tavares Ribeiro, é “ainda um espaço a fazer. A Europa é um território que se faz”.

Isabel Maria Freitas Valente  
Bolsreira de Doutoramento FCT  
Investigadora do CEIS20  
Membro *Team Europe*

---

TEIXEIRA, Nuno Severiano e Pinto, António Costa (Coord.): *Portugal e a Integração Europeia 1945-1986. A perspectiva dos actores*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2007, 224 p.

Pensamos que, mais do que nunca, o debate sobre a Europa encontra-se na ordem do dia, em Portugal. O presente da participação portuguesa na Europa é feito de dúvidas, de interrogações, de algumas convicções, mas também de muitas incertezas. Assim sendo, a procura, a busca de compreensão desta realidade presente conduz-nos inevitavelmente a questionar o passado numa tentativa de compreensão do presente e de “prefiguração do futuro”.

Michelet, numa obra publicada no século XIX, lembra essa realidade nestas palavras: “aquele que quiser atar-se ao presente não compreenderá nunca esse mesmo presente.” A obra em análise insere-se plenamente neste plano epistemológico.

É inegável que o livro – *Portugal e a Integração Europeia 1945-1986. A perspectiva dos actores* – visa proporcionar uma visão dos principais intervenientes nos momentos mais relevantes do processo de integração europeia de Portugal.

A propósito, e com base nos estudos de Nuno Severiano Teixeira e de António Costa Pinto, é importante lembrar que as relações entre Portugal e a Europa (1945 a 1974) tiveram sempre um matiz especial

devido a dois factores políticos que condicionaram a plena participação de Portugal no processo de Unificação da Europa: a natureza ditatorial do regime de Salazar e a resistência deste à descolonização.

Pensamos, pois, que um dos aspectos mais interessantes do papel da participação de Portugal nos movimentos internacionais foi o facto desta participação como, a propósito, Calvet de Magalhães referiu na obra realizada com Ruy Teixeira Guerra e António Siqueira Freire, *Os Movimentos de Cooperação e a Integração Europeia no Pós-Guerra e a Participação de Portugal nesses movimentos*, (Lisboa, 1981), ter resultado “principalmente da conjugação de vários esforços e iniciativas pessoais, mais do que resultado de uma política consciente governamental”.

Neste sentido, o aparecimento e crescimento de uma corrente internacionalista e pró-europeia no Ministério dos Negócios Estrangeiros, durante o Estado Novo é um aspecto interessante da história diplomática portuguesa.

Convirá sublinhar que neste excelente livro: *Portugal e a Integração Europeia 1945-1986. A perspectiva dos actores*, publicado em 2007, Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto sistematizam, numa introdução de particular cariz pedagógico, precisa e completa, as raízes e os fundamentos históricos da participação de Portugal nos movimentos europeus em três momentos. A saber: o contexto do Portugal salazarista, o cenário de transição para a democracia e a descolonização e finalmente a fase de adesão de Portugal, já em plena democracia, à então Comunidade Económica Europeia.

Contextualizado nestes termos o longo-percurso de adesão de Portugal às comunidades europeias, a introdução escrita por estes dois historiadores é amplamente enriquecida por depoimentos e pelo teste-

munho pessoal dos principais actores da integração europeia de Portugal: José Calvet de Magalhães, Valentim Xavier Pintado, José da Silva Lopes, João Cravinho, António de Siqueira Ferreira, Ernâni Rodrigues Lopes, Jaime Gama e Mário Soares.

O livro conta com um prefácio da autoria de Mário Soares, sempre problematizador e fértil em oportunos desafios.

Estas contribuições de natureza política diversa constituem um útil manancial de visões e abordagens únicas e pessoais sobre a problemática fulcral da obra.

A questão didáctica e pedagógica passa, aliás, toda a obra, culminando com a inclusão/publicação de uma *Cronologia comparada da Construção Europeia. Europa/Portugal (1945-1986)* compulsada por Elsa Santos Alípio.

*Portugal e a Integração Europeia 1945-1986. A perspectiva dos actores* tem não só uma escrita directa e, muito sugestiva até mesmo apelativa, o que permite perceber os mecanismos de aproximação de Portugal à Europa: as formas como se procuram revitalizar essas relações, simplificando-as; a interligação das convicções pessoais com os destinos do país; a produção académica de pensamento estratégico pró-europeu num apoio permanente à decisão.

Na verdade, este livro é, sem dúvida, de reconhecido interesse para os académicos e políticos que se dediquem ao estudo e à reflexão acerca dos assuntos internacionais, económicos e, muito particularmente, dos assuntos comunitários.

Releve-se, uma vez mais, que a obra fornece a perspectiva de *insider* de alguns dos principais intervenientes em todo o processo de integração europeia de Portugal.

Esta publicação vem enriquecer a nossa historiografia nacional sobre os percursos que foram aproximando o Portugal de Salazar e Caetano à Europa

e os caminhos percorridos, já em plena democracia, até à adesão de Portugal às Comunidades Europeias, em 1986.

Com efeito, esta obra constitui um excelente instrumento de apoio ao estudo da integração europeia de Portugal. Concorre ainda para um desenvolvimento do espírito crítico e incentiva ao debate sobre temas europeus.

Isabel Maria Freitas Valente  
Bolseira de Doutoramento FCT  
Investigadora do CEIS20  
Membro *Team Europe*

**Os Portugueses e os Novos Riscos**, de Maria Eduarda Gonçalves (Coord.), Ana Delicado, Cristiana Bastos, Hélder Raposo e Mafalda Domingues, Coleção Estudos e Investigações, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, 2007.



Recentemente vindo a público, este volume oferece três estudos de caso paradigmáticos – BSE (popularmente conhecida por “Doença das Vacas Loucas”); Impacto da Co-incineração (de resíduos tóxicos em cimenteiras); e a Contaminação com Urânio Empobrecido (também conhecido por “Síndrome dos Balcãs”) – que têm em comum o alarme social que geraram, o estímulo que representa(ra)m para o exercício democrático da cidadania, e, no plano da dinâmica social, o empenhamento, por vezes dramatizado, dos actores envolvidos nas diferentes instâncias: políticas, jurídicas, científicas, mediáticas e de participação pública. Além do histórico de cada dossier, os autores apresentam ainda um conjunto de reflexões sobre quatro grandes proble-

máticas: ciência e avaliação do risco; políticas do risco; participação pública; e representações dos media. A fechar, o tratamento dos resultados de um inquérito – “Os Portugueses e os novos riscos” – acerca do modo como os respondentes consideram e avaliam os “novos riscos” (que também pode ser consultado online no site do OBSERVA, em <<http://observa.iscte.pt/estudo1.php>>).

Os “novos riscos” têm a particularidade de serem tão invisíveis (insuspeitados com base na informação tradicional) quanto altamente perigosos e letais. A sua identificação decorre da emergência de acidentes ou da reacção das entidades ou grupos ameaçados. A prova da nocividade dos perigos em questão requer um saber certificado, uma preparação técnica especializada e, em medidas variáveis, formação científica. Os instrumentos de detecção e de mensuração para os *priões*, e o percurso que seguem na cadeia alimentar (BSE); para as toxinas que se libertam na queima dos resíduos industriais (co-incineração); ou para os níveis de radiação a que são expostos os militares no teatro de operações (síndrome dos Balcãs); e a produção de discursos credíveis acerca dos resultados apurados (relatórios, estudos, pareceres técnico-científicos), atingiram um elevado grau de sofisticação, de densidade metodológica e de erudição científica. Por via dessa acumulação de saberes especializados, do lado dos técnicos, peritos e cientistas, opera-se geralmente uma discriminação epistemológica que tende a desvalorizar as posições e os discursos dos não peritos, menorizando todas as contribuições que não levam a chancela do saber formal certificado. Ressalta do conjunto dos casos narrados que este é um dos primeiros obstáculos a franquear quando um não-cientista, não-perito, não-técnico – um “leigo”, tradução encontrada para *lay people*, termo muito utilizado na literatura de